

REFLEXÕES SOBRE A PATERNIDADE: UMA ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA

REFLECTIONS ON PATERNITY: A SOCIO-HISTORICAL ANALYSIS

**REFLEXIONES SOBRE LA PATERNIDAD: UN ANÁLISIS SOCIO-
HISTÓRICO**

Helena Pereira-Nunes

helenonunes.ead@gmail.com

Mestre em Psicologia (Univasf)

Professor da Autarquia Educacional de Serra Talhada

Lucivanda Calvancante Borges de Sousa

luciborgespsi@gmail.com

Doutorado em Psicologia Social (UFPB)

Professora da Univasf

Robson Aparecido da Costa Silva

robsoncostapsi@gmail.com

Mestrando em Psicologia da UFAL

RESUMO

A presente pesquisa objetiva tecer reflexões acerca da paternidade, compreendendo as alterações decorrentes das mudanças histórico-sociais em razão das constantes transformações que vêm ocorrendo no meio familiar. Partimos de uma revisão da literatura, por meio de artigos científicos brasileiros, publicados em língua portuguesa, referenciados entre 2010 a 2020 e localizados a partir da plataforma de busca da *Google Acadêmico*, utilizando os descritores: paternidade + relações familiares e paternidade + histórico-sociais. Os resultados encontrados evidenciam que: a paternidade é uma circunstância da vida e da existência humana; que esse conceito está sempre em constantes transformações e modificações, inclusive adquirindo novos contornos e novas interpretações, dadas as mutações sociais ocorridas na sociedade contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Paternidade. Relações familiares. Mudanças histórico-sociais.

ABSTRACT

This research aims to reflect on fatherhood, understanding the changes resulting from historical and social changes due to the constant changes that have been occurring in the family environment. We started with a literature review, through Brazilian scientific articles, published in Portuguese, referenced between 2010 and 2020 and located from the Google Academic search platform, using the descriptors: paternity + family relationships; and, paternity + historical-social. The results found show that: paternity is a circumstance of human life and existence; that this concept is always in constant transformations and modifications, including acquiring new outlines and new interpretations, given the social mutations that occurred in contemporary society.

KEYWORDS: Paternity. Family relationships. Historical-social changes.

RESUMEN

La presente investigación tiene como objetivo reflexionar sobre la paternidad, entendiendo los cambios resultantes de los cambios históricos y sociales debido a los constantes cambios que se han venido produciendo en el entorno familiar. Comenzamos con una revisión de la literatura, a través de artículos científicos brasileños, publicados en portugués, referenciados entre 2010 y 2020 y ubicados desde la plataforma de búsqueda Google Academic, utilizando los descriptores: paternidad + relaciones familiares; y, paternidad + histórico-social. Los resultados encontrados muestran que: la paternidad es una circunstancia de la vida y existencia humana; que este concepto está siempre en constantes transformaciones y modificaciones, adquiriendo nuevos contornos y nuevas interpretaciones, dadas las mutaciones sociales ocurridas en la sociedad contemporánea.

PALABRAS CLAVE: Paternidad. Relaciones familiares. Cambios histórico-sociales.

INTRODUÇÃO

O tema paternidade vem sendo discutido e disseminado por diferentes meios de comunicação – inclusive os científicos (Miura, Santos & Lima, 2020; Ribeiro, Gomes & Moreira, 2015; Prista, 2014; Marin & Donelli, 2013; Frizzo & cols, 2019) – como causa ou explicação para acontecimentos que afligem a vida

humana, principalmente no que tange à construção dos vínculos emocionais e relacionais entre pais e filhos.

Alguns autores (Brandt, 2014; Silva & Carmo, 2013) definem a paternidade como um momento importante no processo de transição para a vida adulta, à medida que este fator sugere novos arranjos no cotidiano do homem, de modo que ele possa ser inserido na cultura e se valha do status de adulto e do pleno reconhecimento social.

Com a Revolução Industrial, houve diversas mudanças nos contextos sociais, históricos, econômicos e culturais. O fato de as mulheres passarem a assumir diferentes papéis na sociedade também repercute no papel do homem frente às novas configurações familiares. Entende-se, pois, que as transformações na dinâmica das famílias influenciaram nas relações parentais entre homens e mulheres (Drago & Menandro, 2014; Cúnico & Arpini, 2013; Visentin & Ihullier, 2019).

Essa dinamicidade da nova instituição familiar em evolução social é vista a partir de outras formações, além de apresentar novas tendências na sociedade atual, quanto às mudanças que vêm ocorrendo, por exemplo: o advento do movimento feminista – que possibilitou a emancipação feminina –, a criação da pílula anticoncepcional e a participação massiva da mulher com mais reconhecimento social no mercado de trabalho (Ferreira, 2019).

Desse modo, o presente trabalho objetiva tecer reflexões acerca da paternidade, compreendendo as alterações decorrentes das mudanças histórico-sociais, em razão das constantes transformações que vem ocorrendo no meio familiar no decorrer da história. As reflexões que aqui apresentamos fazem parte de uma discussão inicial da minha dissertação de mestrado em

psicologia¹, mais acrescidas e atualizadas recentemente via de uma breve revisão de literatura.

MÉTODO

O exercício da revisão de literatura, por sua vez, teve duas perspectivas nessa pesquisa. A primeira delas consistiu-se em apresentar reflexões sobre a temática da paternidade, ampliando as discursões que apresentei na minha dissertação de mestrado sobre esse fenômeno, e a segunda, de exercitar o trabalho de revisão, modalidade de pesquisa que pode ser conceituada como um conjunto de informações acerca de um dado tema, na qual a integração de tais referências entre os campos dos saberes pode ser útil e apresentar pontos de vista conflitantes e coincidentes que auxiliem os pesquisadores em investigações futuras (SAMPAIO; MANCINI, 2007).

Portanto, a presente revisão que realizamos buscou tecer reflexões acerca da paternidade, compreendendo as alterações decorrentes das mudanças histórico-sociais, em razão das constantes transformações que vêm ocorrendo no meio familiar no decorrer da história. Para que tal fosse possível, utilizou-se a plataforma de busca *Google Acadêmico*, no intuito de localizar os artigos científicos que comporiam a mostra desse estudo, por meio dos descritores: “paternidade + relações familiares” e “paternidade + histórico-sociais”, num recorte temporal entre 2010 a 2020.

A busca por tais deu-se pelos seguintes passos: ao acessar a base de busca da *Google Acadêmico* – plataforma que agrupa e organiza um grande conglomerado de textos científicos da literatura acadêmica existente, presente em diferentes plataformas de indexações bibliográficas nacionais e

¹ NUNES-PEREIRA, Heleno. (2018) Representações Sociais da Paternidade numa Perspectiva intergeracional. 120 f. il. Dissertação (Mestrado em Psicologia – Universidade Federal Vale do São Francisco) – Petrolina/PE.

internacionais, em vastos formados e idiomas –encontramos um quantitativo de 41.210 resultados.

Após a exclusão dos resultados repetidos das buscas realizadas, utilizando tais descritores mencionados; além de outras modalidades de publicações que não refletiam o objetivo do presente estudo (teses, dissertações, livros, resenhas, etc) e publicações em língua inglesa, espanhola, francesa e italiana; obteve-se um quantitativo de 120 artigos, todos escritos em Língua Portuguesa e publicados em periódicos brasileiros. Contudo, cumpre salientar nesse momento, que não iremos nos debruçar sobre as relações da paternidade e as questões da transexualidade, travestilidade, homossexualidade e outros debates deles derivados neste trabalho, por não encontrar discursões aprofundadas durante a busca, a qual fora realizada até o final de abril de 2020.

Entre esses 120 artigos que, por sua vez, após terem sido realizados *downloads* (descargas), da suprareferida plataforma de busca, foram transferidos para duas pastas de arquivos distintas situadas na área de trabalho no computador, onde, posteriormente passaram por uma criteriosa verificação às cegas realizada por dois pesquisadores que integram este estudo.

No processo de averiguação pelos pesquisadores, estes classificaram os artigos pertinentes à revisão de literatura por meio da leitura de todos os títulos e resumos; e, quando tais critérios eram insuficientes para identificar se tais trabalhos estavam condizentes com o objetivo da pesquisa, realizava-se a leitura do mesmo na íntegra. Ao fim da averiguação, obtivesse o quantitativo de 25 artigos, dos quais, subseqüentemente foram categorizados a partir de duas temáticas: A origem da família e da paternidade ocidental e Paternidade numa perspectiva intergeracional; pelas quais, apresentamos a seguir a presente discussão desta pesquisa.

A ORIGEM DA FAMÍLIA E DA PATERNIDADE OCIDENTAL

Na presente seção, será realizado um recorte das transformações ocorridas desde a família tradicional, moderna e contemporânea. De acordo com Santos e Kreutz (2014), Marin e Donelli (2013) e Warpechowski e Mosmann (2012), Fragoso (2020), o modelo de família que prevalece na sociedade contemporânea ainda é baseado no pai como figura central. Esses acontecimentos sócio-históricos, desde a Revolução Industrial, na sociedade ocidental contribuem para que o modelo de família patriarcal, ao longo do tempo, seja questionado e transformado a partir de eventos de cunho social.

A formação familiar e da paternidade vem sendo construída e desenvolvida, pois o enfoque na família e no surgimento da paternidade estende-se até as novas configurações familiares contemporâneas. Dessa forma, poderão ser visualizadas modificações significativas na dinâmica familiar e na parentalidade, tal como suas possíveis consequências.

De acordo com Beltrame e Bottoli (2010); Saraceno (1997), Vasconcelos (2018) o termo família tem sua origem na palavra latina *famulus*, que significa escravo doméstico. Na Roma Antiga, esse termo era usado para designar um grupo social que surgiu entre os clãs latinos. Como se pode observar, esses autores também incluem a adoção no rol da formação dos vínculos familiares.

Família significa grupo de pessoas vivendo sob o mesmo teto (esp. o pai, a mãe e os filhos); grupo de pessoas que têm uma ancestralidade comum ou que provêm de um mesmo tronco; pessoas ligadas entre si pelo casamento e pela filiação ou, excepcionalmente, pela adoção (HOUAISS; VILLAR, 2001).

Essa concepção foi mantida até os dias atuais, apesar de as transformações sociais acarretarem modificações na configuração familiar. Se em Roma esse termo era reportado aos criados domésticos, na época medieval indicava a existência dos laços consanguíneos entre seus membros. É denominada como família extensa e identificada pela agregação de várias pessoas que conviviam numa mesma propriedade. Segundo Ariès (1981), a

família medieval europeia tinha uma característica peculiar que era a de que, mesmo os seus membros tendo o laço sanguíneo, constituíam dois grupos: “a família ou *mesnie*, que pode ser comparada à nossa família conjugal moderna e a linhagem, que estendia sua solidariedade a todos os descendentes de um mesmo ancestral” (ARIÈS, 1981, p.143). O autor conclui que o sentimento de família era desconhecido na Idade Média, prevalecendo à linhagem, sendo esse o único sentimento familiar na época medieval.

A família patriarcal é caracterizada pela ascensão da autoridade paterna frente aos seus membros. O *pater* (pai) foi revestido de toda autoridade. Representava os poderes religioso e jurídico na família. Todos eram submetidos à sua autoridade: esposa, filhos e servos ou escravos. A legitimação da autoridade paterna é outorgada pela legislação real a partir do séc. XVI, que reforça o poder do *pater*. Segundo Ariès (1981), a família se converteu em célula social e base dos estados nacionais, bem como passou a reproduzir o poder monárquico. Toda essa mudança sociopolítica provocou consequências na dinâmica e na construção das relações familiares.

Durante o estabelecimento da família patriarcal continuam raros os registros de prática da adoção. Uma das características fundamentais do patriarcado é o direito sucessório do filho mais velho aos bens da família. Dessa forma, a importância estava no parentesco baseado nos laços sanguíneos. Contudo, o advento da família moderna contestou as bases dos fundamentos organizacionais da família patriarcal. Em 1792, o Código Civil Francês abordou o assunto da adoção, pois tinham por objetivo dar a Napoleão Bonaparte um sucessor para o trono francês. Iniciou-se, assim, a prática da adoção como está definida na modernidade.

A formação familiar atual conserva uma restrição religiosa, na qual, o núcleo familiar restringe-se a alguns componentes, basicamente ao pai, à mãe e aos filhos. Essa nova formação é denominada de família nuclear. Esta surgiu

simultaneamente com os costumes burgueses do séc. XVIII e caracterizou-se pelo amor entre os noivos, cujo foco era na educação dos filhos, pelo prestígio da maternidade, pela evidenciação das relações hierárquicas entre homens e mulheres, além de primar pela legitimação da autoridade da figura do pai. “Em suma, a família conjugal burguesa como construção simbólica, refletia um modelo de relações afetivas, sexuais e hierárquicas, no qual a vida familiar e a sociedade como um todo deveria se basear” (CÚNICO; ARPINI, 2013, p. 31).

Com esta nova concepção, o rompimento dos relacionamentos amorosos passou a ocorrer a partir do momento em que o afeto, o companheirismo ou os objetivos em comum divergiam. O casamento passou a ser um livre acordo entre os sujeitos fundamentados no amor ou enquanto este perdurava (WARPECHOWSKI; MOSMANN, 2012; REIS, 2011; SILVA, 2010). Mesmo com o surgimento de vários arranjos familiares, em relação à família nuclear não seria prudente afirmar o fim do modelo tradicional. O que se observa é a convivência desses modelos com as novas configurações de família presentes na sociedade contemporânea (CÚNICO; ARPINI, 2013; WARPECHOWSKI; MOSMANN, 2012; VASCONCELOS, 2018).

No século XIX, estabeleceram-se os direitos das crianças e uma nova concepção de paternidade. Desse modo, é legítimo que toda criança tenha em função da dignidade humana o bem-estar, de acordo com seus interesses. A filiação paterna também se torna um direito. Para isso, porém, é tarefa do pai preservar a boa condição de vida do filho, cuidar de sua educação e protegê-lo (CÚNICO; ARPINI, 2013). Tais princípios vão nortear a definição de paternidade, como o bom desempenho de pais e tarefas a cumprir, de acordo com o bem-estar dos filhos. Para os autores Cúnico e Arpini (2013) essa concepção de paternidade é fragilizada por se basear no princípio de direitos e deveres e na premissa de funções a ser desempenhadas. A debilidade está justamente aí, em

que a função paterna pode ser exercida por qualquer pessoa capaz de desempenhar as atividades exigidas.

Compreende-se que há uma diferença entre as concepções de família. Logo que, em algumas famílias patriarcais, a mãe percebesse pertencente a um alicerce, constituído por um poder inegável, capaz de influenciar o patriarcado familiar. Dessa forma, aceitar a ideia de paternidade se tornou base para o surgimento da família social alicerçada no parentesco biológico e constituída por pai, mãe e filhos.

Para Silva e Carmo (2013), Cúnico e Arpini (2013) torna-se importante refletir a partir dessas considerações, pois se observa que existe uma demanda da sociedade contemporânea que propõe que os pais exerçam uma paternidade mais ativa e envolvida, no que concerne à convivência e aos cuidados com os filhos. Embora sejam identificadas várias dificuldades que privam os pais de atenderem tais demandas. Mesmo que sejam percebidas mudanças nas práticas sociais quanto aos cuidados com os filhos, a mãe ainda é a principal detentora da guarda.

Um exemplo do que foi anteriormente exposto é o relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2012), o qual revela que, mesmo a guarda dos filhos sendo compartilhada, 87% em sua totalidade ainda fica com a mãe. Isso acontece porque a mulher é corroborada pelo senso comum e legitimada de que ela possui melhores condições para cuidar e educar os filhos (REIS, 2011; WARPECHOWSKI; MOSMANN, 2012).

De acordo com Warpechowski e Mosmann (2012), Baroni (2019), nota-se a partir do século XX, um começo de declínio da figura paterna enquanto figura central do modelo familiar patriarcal. Isso foi precedido pela diluição do patrimônio familiar e pelo enfraquecimento da rigidez hierárquica da figura masculina. Nesse caso, a sustentação e o prolongamento da família nuclear burguesa recaem principalmente sobre a mãe, pelo bom cumprimento de suas

funções. Vale ressaltar que tais eventos fazem parte de um arcabouço de mudanças sociais mais amplas, que é baseado na busca de legitimação dos direitos humanos, cidadania e democracia e que resultou, no Brasil, na promulgação da Constituição da República Federativa ou Constituição Cidadã de 1988, em que são ordenados os princípios fundamentais norteadores da jurisdição brasileira (CÚNICO; ARPINI, 2013; REIS, 2011; SILVA, 2010).

A intervenção do Estado na vida familiar ocorrida do séc. XIX aos dias atuais resultou de maneira gradual no declínio do pai por meio de prerrogativas, ou grande parte delas, com o intuito de favorecer a vida das crianças. Observou-se que a entrada da criança na escola contribuiu para que as normas sociais, anteriormente passadas pelo pai, fossem vinculadas ao professor, em virtude do maior tempo de permanência dos filhos na instituição escolar. Associadamente a esse cenário, o discurso psicanalítico tem relevante colaboração ao converter a mãe na figura central do seio familiar (CÚNICO; ARPINI, 2013; WARPECHOWSKI; MOSMANN, 2012).

No entanto, na sociedade ocidental pode-se encontrar na família nuclear burguesa uma inflexibilidade na divisão de papéis sociais e sexuais, que são relacionados ao modelo de criação dos filhos (as) que exclui o envolvimento do pai sem referências anteriores na história. Afinal é possível admitir, sob as perspectivas de Reis (2011) e Silva (2010), que o Estado e a mãe – cada um com seu modo – se apoderaram gradativamente das atividades essenciais da paternidade. Dessa forma, podemos afirmar que, aos poucos, o homem foi despossado da paternidade. Coube-lhe, quase que exclusivamente, a função de provedor econômico, distanciando-se de forma progressiva da vida dos filhos. Vale salientar que, numa sociedade comandada por homens, tal destituição não poderia ser realizada sem o consentimento deles mesmos.

Nesse período, a família começa a tomar outros rumos antes não pensados. As mulheres fortalecem o Movimento Feminista, que pleiteava a

igualdade entre homens e mulheres em vários setores – principalmente na área trabalhista, na autonomia da sexualidade e na procriação. Esses e outros acontecimentos sociais vão transformar definitivamente as dinâmicas familiares e da parentalidade contemporânea.

Paternidade e relações familiares: estudos na perspectiva da psicologia

A partir dessas transformações no âmbito das relações sociais e familiares, de acordo com as mudanças apontadas acima, o discurso psicológico vem se apropriando da temática da paternidade. Alguns estudos (VIEIRA; NASCIMENTO, 2014; SEBASTIAN; VIDAL; ROMÁN, 2012; VIEIRA; SOUZA, 2010; VASCONCELOS, 2018), apontam precisamente, a partir da década de 1970, que o mundo ocidental passa por uma hecatombe em termos de transformações nas relações humanas. Principalmente nos vínculos parentais, no que diz respeito aos papéis desempenhados por homens e mulheres nos espaços público e privado.

No Brasil, entre as décadas de 1990 e 2000, há uma explosão de pesquisas e estudos acerca da paternidade em vários campos do conhecimento. Nessa época, a Psicologia também se dedica ao estudo da tensão entre a masculinidade e as novas habilidades – antes, exigidas pelas mães; agora, solicitadas aos pais, como por exemplo, os cuidados e afetos dedicados aos filhos. Ainda com relação à Psicologia, os estudos são ampliados e o cerne está na construção da paternidade pela destituição de uma masculinidade notadamente hegemônica, representada por homens de cor branca, heterossexuais e de classe social abastada; e na experiência paterna e na influência das transformações culturais sobre o que venha a ser masculino e feminino (PRISTA, 2014; MATOS; MAGALHAES, 2014; SILVA; CARMO, 2013; VALENTE; MEDRADO; LYRA, 2011).

A partir do ano de 2001, os autores Vieira e Nascimento (2014), Matos e Magalhães (2014), Nolivos e Neyva (2013) e Silva e Carmo (2013) apontam que, na Psicologia, as investigações tinham como principais propósitos: sondar a função paterna na pós-modernidade e os discursos paternos; analisar as tensões que implicam a paternidade em um grupo de homens no conflito entre o pai real e o pai possível; e compreender a paternidade na adolescência, a vivência deles com relação aos cuidados com o recém-nascido e como se dá a colaboração do pai na hora do nascimento do bebê.

Na Psicologia, os estudos começam, ampliam-se e, de acordo com Prista (2014), Arruda e Lima (2013), as pesquisas se debruçam sobre a afirmação do pai ao admitir os filhos como seus. Independentemente da gênese da filiação, geram conflitos da ligação paterna para o Direito, principalmente no Direito de Família. Nessa sequência, a paternidade emerge (das pesquisas) nos discursos dos pais jovens que cuidam dos seus filhos com inquietação e são convocados para assumir tais responsabilidades na falta da mãe ou na perda jurídica dos filhos, a partir da coexistência entre paternidade e pobreza na construção identitária masculina (VIEIRA et al., 2015; BRANDT, 2014; BENCZIK, 2011).

Pela primeira vez, nos anos 1990, é apresentado o conceito forjado por Lamb, de paternidade participativa. Ou seja, aquela na qual, o pai desenvolve uma forma mais participativa, afetiva e cuidadora com a prole, independentemente de estar casado, que vai além do papel de provedor (VIEIRA et al., 2015; VIEIRA; NASCIMENTO, 2014; SILVA; SANTOS, 2014). Algumas pesquisas focam na influência do filho para o homem-pai, na figura paterna, no ambiente familiar, no vínculo entre pais e filhos depois da separação do casal, na paternidade durante a adolescência, na experiência e na rotina da paternidade em diferentes contextos (MATOS; MAGALHÃES, 2014; DRAGO; MENANDRO, 2014; PRISTA, 2014; SILVA; CARMO, 2013).

A Psicologia amplia suas pesquisas sobre a adoção homoafetiva e o afeto paterno em diferentes contextos. Concisamente, entre 2000 e 2009, os assuntos relacionados à paternidade por essas áreas supracitadas foram: a diversidade de exercícios paternos em creches, entre povos ribeirinhos; no que se refere aos filhos em tratamento hospitalar acometidos com síndrome de Down, o zelo com recém-nascidos, o ato da adoção, e na reconstrução dos vínculos com filhos depois do divórcio e os pais homossexuais com filhos; o homem, enquanto ocorre o desenvolvimento de um novo papel em sua vida, transformado em pai, seus afetos e seus significados com relação aos filhos; como cuidador, participante no pré-natal e no nascimento; como produtor da violência doméstica, a experiência paterna depois do divórcio introduzida em políticas públicas, na paternidade no período da adolescência, na sua ausência, na influência à prole e aos seus próprios sentimentos como pai e na sua apreensão com o corpo da mulher durante a gravidez (VIEIRA et al., 2014; PRISTA, 2014; JAGER; DIAS, 2014; VALENTE, MEDRADO; LYRA, 2011; SOUZA; VIEIRA, 2010).

No entanto, além desses temas, um fator importante que concerne ao exercício da paternidade é a discussão sobre gênero e masculinidade na composição desse papel. É importante evidenciar, sob o prisma sócio-histórico, como se deram a construção dos papéis masculino e feminino e as relações de gênero que estruturam relações familiares e movimentos sociais (que eclodiram com o objetivo de reivindicar direitos e igualdade entre homens e mulheres).

De acordo Vieira e Nascimento (2014), Silva & Santos (2014), Silva e Carmo (2013), na década de 1970 já existiam estudos sobre a masculinidade. Nessa mesma época, as pesquisas sobre mulher e feminilidade foram ofuscadas pelo surgimento de tais investigações. Já para Brandt (2014), na década de 1980, particularmente nos países de língua inglesa, foram publicados vários estudos e pesquisas sobre a construção social da masculinidade. Vale destacar que essas pesquisas foram realizadas, sobretudo por homens, inclusive as sobre

gênero nesse período. Ainda assim, esses trabalhos demonstraram evidentes ligações com os estudos feministas e com as pesquisas sobre a construção do conceito de gênero (GABRIEL; DIAS, 2011).

No que corresponde à perspectiva de gênero relacionada ao tema masculinidade, compreendem-se o masculino e o feminino como papéis de gênero (FÉRES-CARNEIRO; NEGREIROS, 2004). Sob esse ângulo, pesquisas e estudos de Freitas, Coelho e Silva (2007); Wang, Jablonski e Magalhães (2006); Silveira (1998); Ramires (1997) apontam as transformações no comportamento dos homens, e isso vem acontecendo também pela influência do movimento feminista. Além disso, o avanço da tecnologia na indústria e nas ciências favorece tais modificações nas práticas sociais masculinas e, certamente, femininas. Antes, a valorização social prevalente era do homem viril, másculo e forte. Essas alterações nos processos socioculturais, econômicos e familiares também influenciam nesses processos de mudanças do exercício da masculinidade e estimulam ao homem para que ele expresse mais sensibilidade em suas relações intra e interpessoais.

Essa perspectiva ganha força por meio de organizações e instituições públicas e privadas, que buscam compreender o ser humano com uma visão mais ampliada. Em 1994, foi realizada no Cairo (Egito), a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, que traz no âmbito de suas discussões informações da área de saúde das mulheres que mudariam de acordo com a efetiva participação masculina e, também, que os homens manifestavam transformações relativas aos parâmetros comportamentais (VIEIRA; NASCIMENTO, 2014).

PATERNIDADE NUMA PERSPECTIVA INTERGERACIONAL

A problemática sobre a função do pai na vida dos filhos tem gerado, ao longo dos tempos, inúmeras discussões. Sobretudo no que diz respeito às

transformações psicossociais, aquelas pelas quais a sociedade vem passando com o decorrer da história, em função do próprio ciclo sócio-histórico, das concepções de mudanças acerca da paternidade e da construção de novas sociedades, com seus costumes, valores, crenças e culturas.

Não se pode dizer que são exigências estabelecidas, elas podem ocorrer por razões natas, ou seja, aquelas que estão no subconsciente das pessoas e que vão ocorrendo de acordo com as realidades. Por esse prisma de mudanças e adaptações, há também um novo conceito com relação à função do ser pai, que não se dá apenas por conta da entrada da mulher no mercado de trabalho (ainda que esse fator não deixe de ser uma das razões principais que contribuem para que ocorra essa mudança no papel do pai em relação aos filhos).

É importante compreender que cada sociedade tem sua forma de construir seus valores, crenças e culturas. No entanto, sobretudo nos tempos modernos, esses constructos são mais cobrados tanto dos homens quanto das mulheres. Cada período da história exige uma forma de vida e no que concerne à família, esta tem mudado igualmente, em razão das próprias transformações psicossociais. Ainda assim, o conceito de família existe em diversas etapas da história e “apesar de ter passado por grandes mudanças ficando mais vulnerável à dissociação, na sociedade contemporânea, ela, ainda assim, é um valor que a sociedade cultiva” (BELTRAME; BOTTOLI, 2010, P. 208).

Tais mudanças ocorrem por haver novas necessidades de adaptação às condições atuais e, nos tempos modernos, a família é vista com novos valores. Especialmente, em função da entrada da mulher no mercado de trabalho e das exigências que são feitas tanto para a concepção quanto para a formação dos filhos.

Um dos principais argumentos para a crítica feita ao homem na sociedade, com relação à sua aproximação com a virilidade e masculinidade, pela qual, Colleti e Scorsolini-Colmin (2015, p. 379) chegaram a afirmar que, “a

masculinidade sempre esteve social e historicamente associada a não demonstração de afeto, sensibilidade e cuidado, o que tem sido repensado especificamente no modo de ser pai observado na contemporaneidade”. Coloca-se, desse modo, o pai num papel de distanciamento dos filhos, tornando-se apenas o responsável pelo sustento, cabendo o papel de educar e criar à mãe. São as mudanças psicossociais, de conceitos que estão fazendo o homem ser repensado enquanto pai, que também participa da formação do filho e do seu crescimento, demonstrando afeto, carinho, cuidado e vendo, ao mesmo tempo, seu fruto crescer e se transformar em um novo homem tal como ele (o pai) é.

A relação entre pais e filhos está associada aos conceitos psicossociais existentes nos mais diversos momentos da própria sociedade, mas o exercício da paternidade sofre transformações principalmente nas sociedades ocidentais, passando pelo modelo patriarcal até os dias atuais. Dessa forma, à medida que as transformações ocorrem na sociedade, o pai modifica seu papel (BELTRAME; BOTTOLI, 2010).

Atualmente a figura do pai se torna cada vez mais importante na criação de uma criança. O homem passa a ter responsabilidade com a formação do filho desde o momento que este é concebido, transformando-se assim no pai ideal, tal como se exige os novos tempos, sendo esse pai “aquele que está sempre junto com o filho; é presente na vida da criança, participando, comunicando-se e demonstrando cuidado e paciência com o filho” (PAULINO; PATIAS; DIAS, 2013, p. 238).

Para Freitas et al. (2003, p. 89), “paternar na atualidade é, além de romper com valores sociais obsoletos, dar oportunidade à criança de construir a identidade de gênero desvinculada do modelo que nega ao homem o direito de se aproximar e de viver sentimentos e emoções com os filhos”. Desse modo, compete ao homem viver uma nova fase em sua vida, fazendo com que seus filhos nasçam e cresçam acompanhados por ele. Constrói-se, pois, com a

certeza de que a função do pai é importante para sua formação enquanto sujeito e, especialmente, como cidadão consciente de suas responsabilidades futuras.

Paternidade na adolescência, meia idade e velhice

Há uma configuração preestabelecida na sociedade de que o homem dissimula mais sentimentos do que a mulher, o que transforma essa atitude em uma barreira para ser transposta, tanto por um quanto por outro. Além disso, notabilizou-se dizer que o homem não assume as responsabilidades como deveria ocorrer.

Essas afirmativas, além de serem convencionais, ou seja, além de terem se tornado naturalizadas em diversas épocas, também estão relacionadas ao processo que transforma o pensamento social em machista. São convenções do senso comum que se estabeleceram no convívio social e, por isso, se transformaram em desafios para os rapazes, acima de tudo, na hora de eles quererem ser pais.

Para justificar essa teoria do pensamento comum, Colleti e Scorsolini-Comin (2015, p. 380) expõem:

Em relação à masculinidade e à imagem socialmente atribuída ao homem, estão presentes menções ao sair de casa, frequentar festas, conhecer pessoas e aproveitar a vida como eventos datados e associados ao homem jovem, como se tais aspectos não estivessem presentes nas mulheres, por exemplo, o que reforça o estereótipo do homem como alguém que amadurece mais lentamente do que a mulher e que pensa de modo mais egoísta em relação a se doar a uma outra pessoa.

Iniciar, portanto, uma discussão sobre a configuração de ser pai nas mais diversas fases da vida é um desafio, uma vez que são colocados em discussão diversos debates sobre as funções do homem no convívio social e a paternidade é sempre um dos mais complexos desses desafios. A primeira ideia que se tem

sobre ser pai na adolescência recai na falta de responsabilidade dos meninos, uma vez que se considera que suas atitudes estão mais voltadas para a vida em liberdade. É o que expressa em parte, a crítica, apresentada pelos dos autores acima quando se posicionam sobre os adolescentes usufruírem de um modo de vida social calcada em liberdade. Evidentemente que esta é uma fase da vida na qual homens e mulheres querem viver mais suas respectivas supostas liberdades – que serão, em parte, reduzidas com a chegada de um filho. Todavia, o fato de ser jovem (e, principalmente, adolescente) não significa que não haja possibilidade de responsabilidade ao assumir a paternidade ou a maternidade.

As exigências da própria sociedade em cobrar dos meninos mais cuidados, mais atenção e maior comprometimento pessoal, fazem com que eles possam pensar na possibilidade de serem pais, considerando o que a sociedade vai lhe cobrar, mas também o sentimento de ter uma responsabilidade maior em relação a outro ser. E este sentimento de responsabilidade poderá contribuir para refutar a convenção social de que ser pai, principalmente na adolescência, é um risco (SOUZA, 2013).

A ideia de adolescência na maioria das vezes remete à falta de responsabilidade, considerando que o fato de ser muito jovem se contrapõe ao de ter responsabilidade. Essa visão se configura como uma marca que impõe às pessoas nessa fase da vida uma carga muito grande e que elas nem sempre estão preparadas para enfrentar. Além disso, não se dá ao adolescente a possibilidade de ele provar o contrário. Nas sociedades modernas, tem-se o jovem ou adolescente como uma pessoa despreparada, considerando que qualquer atitude que ele tomar e que demande ter maior atenção pensando no futuro, não vai ter força para suportar. O maior problema talvez esteja no fato das pessoas adultas, consideradas preparadas, não contribuírem para que o jovem possa assumir seus atos (SOUZA, 2013; VALENTE; MEDRADO; LYRA, 2011).

Numa relação de gravidez e cuidado com os filhos, entre jovens e adolescentes, o que mais lhes gera receios é o medo da reação de outras pessoas. A função de pai enquanto adolescente impõe aos jovens o medo de não terem como lidar com as situações que a sociedade lhes impõe. É o que mostra uma pesquisa feita por Paulino, Patias e Dias (2013), com adolescente que se tornou pai recente. Além disso, a pesquisa mostrou também que nem sempre as convenções sociais estão totalmente certas e que o medo da reação das famílias é mais forte, até mesmo que assumir tal responsabilidade. Ainda mostrou que há uma generalização em relação aos adolescentes que engravidam.

Ao relatar a posição dos adolescentes no momento em que tomaram conhecimento da notícia, vê-se uma dualidade, ou seja, um dilema nessas pessoas, pois a alegria do tornar-se pai se misturou com a preocupação de comunicar à família e saber qual seria a reação dos seus progenitores, como relata o texto a seguir de dois jovens que não tiveram gravidez planejada: “Eles relataram que a notícia foi recebida como algo inesperado e se preocuparam em como informar a sua própria família e a da menina. Já para o participante que teve a gravidez planejada, a notícia veio com alegria” (PAULINO; PATIAS; DIAS, 2013, p. 232).

Essas reações são fruto da percepção social a que o jovem se submeterá. Antes mesmo de poder se alegrar com o fato de ser pai, ele tem que pensar no mundo que lhe rodeia, começando pela própria família. As razões que levam ao medo dos jovens quando sabem que serão pais também estão associadas à questão da chamada “perda da liberdade”.

Todavia, essa visão está mais na reação da família e de outros entes sociais do que no próprio jovem. O que se tem sobre os jovens e adolescentes é que eles vivem uma vida totalmente libertária, sem preocupações. Outros fatores que se configuram em pessoas das fases adolescente e jovem são a

imaturidade e a falta de conhecimento sobre o que é ser responsável. No entanto, ao se deparar com uma situação desse porte (ser pai) o adolescente passa a perceber que suas responsabilidades futuras apenas se anteciparam (TOSTE, 2013).

Essa situação demonstra outro fator que não está explícito, contudo já faz parte mentalmente dos projetos dos jovens de que implicitamente eles sabem que terão que assumir responsabilidades e, quando uma gravidez indesejada ocorre, essa responsabilidade apenas se precipita. Todavia, isso não quer dizer que o jovem não esteja preparado para assumi-la. Nessa linha de raciocínio, Colleti e Scorsolini-Comin (2015) dizem que, ao se tornar pai, o homem vê o seu pai como sua fonte de referência. Ou seja, passa a compreender melhor essa função. Dessa forma, passa a perceber também que suas atribuições tendem a aumentar.

Ao se constituir como pai, o homem (re)avalia a relação vivida com o próprio genitor, mas não deixa de questionar essas concepções dadas *a priori*, tomando para si tanto o modelo de paternagem recebido, como o modelo de como um bom pai deve ser, de acordo com o seu próprio imaginário. Ao tomar essa atitude, o homem concebe uma nova e singular maneira de ser pai (COLLETI; SCORSOLINI-COMIN, 2015, P. 379).

Portanto, as características de um pai só vão aflorar no jovem a partir do momento que ele se sentir pai. Passará, então, a compreender também aquele que o gerou. Essas percepções ajudam a compreender o mundo do jovem, antes voltado apenas para si, sem a preocupação com uma terceira pessoa em sua vida. A paternidade passa a ser também uma forma de mudança de vida.

As adversidades antes mencionadas se tornam situações reais, mas também servem de motivação para o ato de assumir a paternidade, tanto no que diz respeito ao saber que será pai quanto na relação com os familiares. Em outras palavras, a vida não é mais tão livre como antes e as necessidades se apresentarão a partir do momento em que a criança surgir.

Esses medos e percepções podem ser vistos no depoimento captado na pesquisa de Paulino, Patias e Dias (2013, p. 233) e exposto a seguir:

Como a gente era muito novo ainda, daí eu fiquei com medo de tipo, não ter como sustentar a criança [...] Pensei em tudo, tudo, tudo, tudo, um misto de pensamento, como seria o nenê, se seria normal a gravidez. Se tudo ia ocorrer bem, pensei... em tudo [...] eu senti que, como a J. ficou mais sensível, né!? Ela ficou mais, mais sensível em tudo, ela precisava de... às vezes, ela precisava de ajuda, né!? Daí eu tentei acolher ela o máximo que eu pude.

Nesse sentido, fica claro que o discurso do adolescente reúne ao mesmo tempo uma reação de medo, com a preocupação tanto com o futuro da criança quanto da mãe. Tal situação demonstra que o jovem passa a perceber que uma nova fase em sua vida está surgindo, que algo de novo está acontecendo e que mudará sua relação consigo e muitas das suas relações com a sociedade. Há, também, um sentimento de orgulho e até mesmo de vaidade. Uma expressão de que ser pai lhe transformará a vida que, antes, era de uma pessoa preocupada apenas com suas próprias circunstâncias e, agora, passa a ser outro homem, capaz de se preocupar com circunstâncias alheias – a mãe, o filho – e com aspectos que ele não estava acostumado a lidar.

Beltrame e Bottoli (2010) salientam que a paternidade deve ser vista como uma experiência humana, e que, por essa razão ela também deve ser tratada como um fator natural e até mesmo circunstancial, ou seja, compreender que são situações circunstanciais dentro de um “contexto sociocultural de uma determinada época” (BELTRAME; BOTTOLI, 2010, p. 207).

O que faz a paternidade tornar-se uma situação atípica são as convenções sociais e outros fatores como a falta de condições financeiras ou o fato de não estar preparado para ser pai. Todavia, é preciso que isso seja concebido como uma construção psicossocial, tanto por quem está envolvido como por quem observa.

A relação do jovem ou adolescente com a vivência como pai demonstra que há uma nova situação a ser vivida, pois ele passa a ter dupla função: no momento em que ele se descobre pai, também passa a se descobrir como filho, passando a ter um papel maior dentro do contexto familiar (PAULINO; PATIAS; DIAS, 2013, p. 239).

Dessa forma, é muito importante o apoio da família para que esse jovem possa viver essa dualidade em sua vida, ou seja, ao mesmo tempo em que ele é filho, ele também passa a ter um filho e torna-se assim pai, sendo este um papel social. As relações de vida e de conceito social mudarão para ele, pois a liberdade passa a se modificar, não necessariamente ficar comprometida, e muda o estabelecimento das suas relações e práticas sociais.

Antes, é preciso que a própria sociedade não apenas dê crédito ao que pensam os jovens e adolescentes e, mais ainda, contribua para que este jovem possa se tornar um bom pai, capaz de compreender a função para a qual está sendo preparado e com a qual, mais cedo ou mais tarde, se depararia (SOUZA, 2013).

Por isso, é importante compreender que o que gera a desconfiança quanto ao ser pai na adolescência pode estar ligado ao fato de se generalizar o jovem/adolescente como um ser totalmente irresponsável. Entretanto, “nem sempre a paternidade assume um caráter negativo na vida dos jovens, como é representado, frequentemente, pela literatura” (PAULINO; PATIAS; DIAS, 2013, p. 240).

Diferente da situação anterior, na qual ser pai na adolescência é um desafio para o homem, na meia idade, ou seja, entre a maturidade juvenil e a idade adulta, a função do pai se torna quase uma obrigação. Internamente, o homem se sente quase obrigado a ser pai, por uma convenção social, através da naturalização da paternidade e maternidade, com que a sociedade

compreende a partir do seu imaginário social que homens e mulheres nasceram para procriar.

Tal convenção não pode ser considerada regra, mas é internamente, a partir de uma perspectiva biopsicossocial, que o homem sente a necessidade de ser pai. Dessa forma, pode-se compreender que “a paternidade é um constituinte da identidade adulta do homem e representa a certeza de ter concluído mais uma fase da vida e de começar uma outra com novas experiências e compromissos sociais, sendo a provisão material o eixo orientador” (FREITAS et al., 2003, p. 88). Esta asserção pode ser considerada uma realização do homem ou um projeto de vida maior do que uma exigência social. Evidentemente que, em alguns casos, há a existência de uma imposição social de que para se tornar homem – adulto, o sujeito precisa passar pela experiência da paternidade.

Além dessas anotações anteriores de que o homem deseja se tornar pai e que isso é um projeto de vida, esse mesmo tornar-se pai pode ser percebido como processo de transformação entre a infância e a vida adulta (FREITAS et al., 2003). A partir do momento em que o homem assume essa responsabilidade passa a ter a noção do que é ser adulto, podendo considerar que isso reflete não apenas uma simples necessidade, mas a concretização dos projetos que são elaborados mentalmente nesse indivíduo a partir das exigências internas e externas.

Ainda na concepção de Freitas et al. (2003, p. 88), “o filho transforma a vida do pai, no sentido de fazê-lo perceber que, sendo pai, é menos filho e mais adulto, o que resulta em ser objeto de identificação para seu filho”. Isto corrobora o pressuposto de que é uma previsão natural e mental de que o ser humano pretende realizar suas ações para atingir a finalidade de sua própria vida.

Por outro lado, há também inúmeros desafios a serem cumpridos pela função paternal. Dentre alguns, cuidar, dar carinho e sustentar, além de educar. É frequente na literatura encontrar análises sobre as funções diferenciadas do

pai e da mãe. Essa situação se desenvolve em razão das culturas ocorridas nas diversas sociedades e em diversas épocas da história da humanidade.

Diferente de outras épocas em que a função do pai geralmente estava limitada ao sustento, na sociedade atual esse papel passa a ser compreendido e até mesmo cobrado muito além dessas funções básicas, ou seja, “o exercício do ser pai e do ser mãe requer olhar sob uma nova ótica para a família contemporânea” (BELTRAME; BOTTOLI, 2010, p. 206). Tanto o pai quanto a mãe devem ter funções similares e correlatas em relação aos filhos. Grzybowski e Wagner (2007) pontuam que:

Se antigamente o exercício da paternidade requeria menor inserção na família nuclear, hoje a parentalidade e a conjugalidade são exercícios separados, inclusive juridicamente, pois pode ser exigido do pai o envolvimento na vida dos filhos, mesmo quando houver separação (como citado em BELTRAME; BOTTOLI, 2010, p. 206).

Essa afirmação retoma outra discussão acerca da relação entre as atribuições do pai e do homem, posto que, em outras épocas, a relação homem/mulher deveria ser considerada indissolúvel, tendo assim uma concepção de família una: pai, mãe e filho. Parece haver nas sociedades atuais uma dissolução entre o homem e o pai, entre a mulher e a mãe. Os primeiros têm relações distintas de uma vida a dois ou não. Os segundos têm um compromisso exclusivo com uma terceira pessoa: o filho, fruto de cada um, embora concebido na junção dos dois. É o que expressam Beltrame e Bottoli (2010, p. 208).

As novas relações de gênero implicam redefinições nas identidades individuais, conjugais e parentais, o que significa dizer que gênero, casamento, maternidade e paternidade, na atualidade, são questões cada vez mais complexas, à medida que não há mais padrões tradicionalmente instituídos e a experiência torna-se particularizada e múltipla.

Essa nova concepção é da nova ordem de família e de convívio e também converge para uma nova visão social do homem e da mulher, dado que a nova realidade aponta para uma maior participação social da mulher, antes submissa e restrita à casa e à educação dos filhos. Agora ela está inserida no mercado de trabalho, nas atribuições de organização da sociedade, apontando para um retorno do homem para dentro da família e da casa.

Pode ser considerada uma ruptura de padrões e valores no próprio homem, que antes era visto apenas pela virilidade e pela responsabilidade de nutrir e sustentar, enquanto a educação dos filhos ficava por conta da mãe, da mulher. Aos homens-pais, restava-lhes manter a sustentabilidade da família como um todo. A inserção da mulher no mercado de trabalho e nas decisões da sociedade tira-lhe de dentro de casa. Dessa forma, o homem precisa conceber uma nova função junto aos filhos no contexto da própria criação e educação. Tal processo aumenta a proximidade entre esses pais e seus filhos.

Paulino, Patias e Dias (2013) argumentam que um bom pai ou o pai ideal é descrito como aquele que está sempre junto com o filho. É presente na vida da criança, participa, comunica-se e demonstra cuidado e paciência com o filho. Dessa forma, contribui para a sua educação e para as formações pessoal e social. Essas atribuições estão relacionadas à convivência e à dedicação do homem para com os seus filhos.

Na idade adulta, o homem também já tem formado um novo conceito de suas atribuições e isso inclui o cuidado e a presença junto aos filhos. Todavia, não se deve generalizar, pois ainda existem sociedades nas quais a função do pai permanece inalterada, quando esta é relacionada aos tempos passados. No Brasil, isso vem sofrendo alterações em função das mais diversas culturas e sociedades em que as famílias brasileiras estão inseridas.

Nas sociedades modernas do mundo ocidental ou, mais precisamente, na cultura ocidental recente, o ser homem e o ser pai na sociedade e na família

devem ocupar lugar de destaque nas discussões de planejamento educacional, econômico e de saúde (FREITAS, et al. 2003).

Tais mudanças não devem se limitar aos espaços de transformações exteriores, mas ser incorporadas às visões de mundo e ao modo de ser no mundo. Assim, caminhar-se-á para relações mais equitativas entre homens e mulheres, transformando a geração de pais que hoje vive no papel de filhos (FREITAS, et al., 2003, p. 90).

Essas alusões estão muito presentes na vida do homem e ele entende ou deve entender que seu papel transcende à função de gerar e sustentar. Evidentemente que, na vida adulta, essas atribuições estão mais claras para o homem, ou pelo menos deveriam estar, por compreender que as mudanças ocorridas em função das transformações que ocorrem na sociedade fazem com que surjam novos estilos. O novo homem deve ser corresponsável pela inserção do seu filho na sociedade e isso passa pela formação inicial, pelo cuidar, pelo estar junto e presente na vida dele. Isto é, a paternidade na atual formação social traz consigo o caráter de cuidado e companheirismo e, dessa forma, ser pai é, acima de tudo, ter a presença na vida dos filhos (PAULINO; PATIAS; DIAS, 2013).

A literatura sobre a paternidade na velhice não é muito ampla e, em muitos casos, pode ser encontrada com maior frequência uma inversão das funções de pais e filhos. Em linhas gerais, a terceira idade passa a ser uma faixa etária na qual os pais devem(riam) receber mais do que dar aos filhos. Além disso, há uma percepção às vezes mais distorcida sobre o ser pai na velhice, que caracteriza as pessoas idosas apenas como avós, como se não fosse possível ter acesso à paternidade nessa fase da vida.

De acordo com Vale (2013, p. 37), “quando se pensa sobre idosos nas suas relações com crianças e jovens, se estabelece essa relação que explicita o exercício da *avosidade*. Em outros termos, velho tem filho adulto, crianças e

adolescentes representam netos”. Essa afirmativa também retoma o não entender que o avô só chega a essa condição porque foi e pode ser pai.

Collet e Scorsolini-Comin (2015) mostram que o ciclo de vida ajuda a compreender a própria experiência como requisito para entender cada faixa etária da vida. Além disso, reportam-se também ao fato de que a vida é feita em ciclos que se movimentam sempre para frente e que devem estar relacionados entre si. Ou seja, não se pode renegar o futuro e, portanto, não se pode abandonar a ideia de que, nesse cenário, o ser pai é uma construção da vida que vai passando de geração para geração. Mesmo assim, é necessária a noção de que as fases da vida estão interligadas e, portanto, o ser pai na velhice não é uma linearidade da adolescência, juventude e vida adulta.

O ciclo de vida nos ajuda a pensar em possibilidades e limitações para essa experiência, embora devamos reconhecer que a qualidade do vínculo estabelecido extrapole os aspectos etários e refira-se, de modo bastante particular, às experiências emocionais construídas em toda a vida, quer seja com o próprio pai, com a esposa ou com a rede de apoio mais próxima (COLLETI ; CCORSOLINI-COMIN, 2015, p. 384).

O trecho acima remonta a ideia de que cada etapa da vida do homem (nesse caso específico) seja uma realidade própria. No entanto, não se exclui da realidade constante do homem a função do pai, ou seja, também na velhice o homem é pai, e não apenas avô. Por outro lado, além de haver uma negação com relação à paternidade, ainda assim, em certas realidades, e, sobretudo, nas sociedades atuais, há uma negação da importância da pessoa idosa no contexto social. Em outras palavras, “a cultura de jovem é tão forte que alguns passam a negar a velhice como se pudessem escolher ser ou não ser velho” (VALE, 2013, p. 31).

Contrapondo-se a essa teoria, Azevedo (2004, p. 14) evidencia que “envelhecer é um processo natural do ser humano”. Afirmção mais propícia à compreensão sobre a importância da paternidade na vida do idoso. A principal

preocupação quanto à aceitação do ser pai na idade avançada é compreender que, nessa fase da vida, há inversão de responsabilidade. Nas fases anteriores da vida são os pais que devem ter atenção pelos filhos, cuidar, educar, sustentar e induzi-los a seguir o caminho da construção de um meio social e de uma família condizente com suas experiências. Essa responsabilidade se constrói imaginando ou vivenciando as duas pontas da vida em que há vulnerabilidade: a infância e a velhice, ou seja, o “ser humano tem necessidade de atenção do outro, sobretudo nos períodos em que se vê fragilizado, vulnerável, como na infância e na velhice” (como citado em BARROS, 2013, p. 12).

Retomando o texto sobre o ser pai, Freitas et al. (2003, p. 88) diz que “ser pai é, além de garantir a sobrevivência do filho, construir um aprendizado que se perpetue nos netos, bem como garantir a sua própria sobrevivência na velhice”. Dessa forma, não se extingue durante a vida adulta a função do pai. Esta perdura por toda a vida e, na fase da velhice ou terceira idade, é completada com as experiências vividas que garantem que os frutos dos seus frutos (filhos e netos) deem continuidade a função de pai com as mesmas responsabilidades que os idosos construíram ao longo da vida.

Uma das preocupações relevantes sobre o ser pai na velhice está associada à questão do abandono, ou mesmo ao simples descarte. Quer dizer, o fato de chegar à velhice implica dizer que são pessoas que não têm mais como contribuir para a sociedade. Tal como já mencionado, a cultura de juventude exclui a ideia da terceira idade e refuta a velhice (VALE, 2013), achando-se que ser velho é um estorvo e não uma consequência da própria vida.

Sobre esse aspecto, o Estado passa a ter a responsabilidade de assumir, cobrar da família e da sociedade o cuidado com os pais-idosos, para evitar o abandono. Sobre essa realidade de abandono por parte da família, Azevedo (2004) enumera que a própria Constituição Federal de 1988 reconhece em seu art. 229 que é dever da família zelar pelos seus idosos, ao determinar que “os

pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade” (p. 13).

Compreende-se, assim, que a função do pai na velhice está mais associada a uma volta às experiências da paternidade, vivências ao decorrer dos tempos para com os filhos; e, é de responsabilidade do filho cuidar daqueles que, durante sua juventude e idade adulta, cuidaram para que ele pudesse estar ali, crescendo, educando-se e tornando-se um pai capaz de crescer e construir seu próprio legado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que a paternidade é uma circunstância da vida e vital para a existência humana. Faz parte do contexto de formação social desde os primeiros tempos. A importância de sua existência está vinculada às civilizações e ao processo de formação social das diversas culturas existentes no mundo.

Do ponto de vista histórico, sua valorização ocorre, principalmente nas civilizações ocidentais, a partir da cultura greco-romana com o patriarcalismo e as mutações, vão-se sucedendo tanto na formação quanto na essência de acordo com a realidade social vigente em cada época. Assim, a formação paternal do contexto social da Idade Média, por exemplo, difere daquela existente nos anos subsequentes à Revolução Francesa. E mais profundamente, com surgimento do século XX.

Na atualidade, a paternidade ganha novos contornos e novas interpretações, dadas as mutações sociais ocorridas na sociedade contemporânea. Nesse sentido, a paternidade é vista como o próprio modelo de sociedade, em que há mais exigências em relação à figura do pai e sua responsabilidade na criação e formação dos filhos. A própria ascensão social da mulher, na busca pelos seus direitos enquanto cidadã e companheira, impõe ao

homem uma necessidade de compreender-se pai, o que nem sempre foi visto em outros tempos. O pai atual precisa estar mais presente na vida do filho e, caso não esteja, a própria cultural social exige dele essa postura.

Conclui-se que existem dos fatores importantes a serem analisados quanto ao processo de paternalidade, de um lado, a existência do pai é uma constante social com suas mutações comuns, mas moldada em um tradicionalismo circunstancial, em que as coisas ocorrem como no passado. Por outro lado, as exigências da formação familiar da contemporaneidade exigem maior participação da figura do pai na criação do filho e na sua relação pessoal com este (filho). O pai não pode mais ser visto apenas como um gerador ou gerenciador, sua função entra no contexto da sensibilidade e do amor filial, do carinho, da atenção e da educação, ou seja, de uma criação completa do filho.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philipp. **História social da criança e da família**. Zahar, Rio de Janeiro, 1981.

ARRUDA, Sérgio Luiz Saboya; LIMA, Manuela Caroline Ferreira. **O novo lugar do pai como cuidador da criança**. Estudos Interdisciplinares em Psicologia, [s.l.], v. 4, n. 2, p. 201-216, 8 maio 2013. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/2236-6407.2013v4n2p201>.

AZEVEDO, Adriano. Lima. **Velhice e seus processos sociohistóricos**. Humanidades. Vol. 05, nº 09, 228-236, 2004.

BARONI, Mara. **O declínio da função social do pai e o discurso capitalista: gadgets, os novos objetos fetiches da contemporaneidade**. 174 f., il. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

BARROS, Manoel. **Retrato quase apagado em que se pode ver perfeitamente nada**. In BARROS, Manoel de. Guardador de águas, Rio de Janeiro: Editora Record, 4, 55-65, 2004.

BELTRAME, Grace. Rocha. & BOTTOLI, Cristiane. **Retratos do envolvimento paterno na atualidade.** Barbarói, v32,205-226, 2010.

BENCZIK, Edyleine Bellini Peroni. **A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil.** Rev. psicopedagogia, São Paulo, v. 28, n. 85, p. 67-75, 2011.

BRANDT, Juan. Adolfo. **A imposição de um pai.** Vínculo do NESME. 11(1), 1-32, 2014.

COLLETI, Mayara. & SCORSOLINI-COMIN, Fabio. **Pais de primeira viagem: a experiência da paternidade na meia-idade.** Psico, Porto Alegre, 46(3), 374-385, 2015.

CUNICO, Sabrina Daiana; ARPINI, Dorian Mônica. **A família em mudanças: desafios para a paternidade contemporânea.** Pensando fam., Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 28-40, jul. 2013.

DRAGO, Agnes. Bonfá. & MENANDRO, Maria. Cristina. Smith. **A Paternidade e a Maternidade sob o Olhar de Jovens de Classe Média e Baixa: Um Estudo em Representações Sociais.** COLOMBIANA DE PSICOLOGIA. 23(2), 311-324, 2014.

FERREIRA, M. (2019). **Os direitos reprodutivos das mulheres e o sistema interamericana de direitos humanos.** Revista Da Faculdade De Direito De São Bernardo Do Campo, 25(1), 20. Recuperado de <https://revistas.direitosbc.br/index.php/fdsbc/article/view/971>

FRAGOSO, Gilberto Leão. (2020). **Quando uma imagem não diz tudo: análise do discurso da logomarca da Estratégia Saúde da Família à luz do conceito de família contemporânea.** Ciência & Saúde Coletiva, 25(11), 4293-4301. Epub November 06, 2020. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-812320202511.04032019>

FREITAS, Waglânia de Mendonça Faustino e; COELHO, Edméia de Almeida Cardoso and SILVA, Ana Tereza Medeiros Cavalcanti da. **Sentir-se pai: a vivência masculina sob o olhar de gênero.** Cad. Saúde Pública [online]. 2007, vol.23, n.1, pp.137-145. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007000100015>.

FRIZZO, Giana Bitencourt; SCHMIDT, Beatriz; VARGAS, Vanessa de, & PICCININI, Cesar Augusto. (2019). **Coparentalidade no Contexto de Depressão Pós-Parto: Um Estudo Qualitativo.** Psico-USF, 24(1), 85-96. <https://doi.org/10.1590/1413-82712019240107>.

GABRIEL, Marília. Reginato & DIAS, Ana. Cristina. Garcia. **Percepções sobre a paternidade: descrevendo a si mesmo e o próprio pai como pai.** Estudos de Psicologia, Santa Maria, v.16 nº3, 253-261, 2001.

GRZYBOWSKI, Luciana Suárez and WAGNER, Adriana. **O envolvimento parental após a separação/divórcio.** *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 2010, vol.23, n.2, pp.289-298. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722010000200011>.

HOUAISS, Antônio. & VILLAR, Mauro. de Salles. **Dicionário da Língua portuguesa.** Objetiva, Rio de Janeiro, 2001.

JAGER, Márcia Elisa; DIAS, Ana Cristina Garcia. **A Paternidade na Percepção de Adolescentes de Classes Populares.** *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2015, vol.35, n.3, pp.694-710. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000382014>.

LAQUER, Thomas. **Los hechos de la paternidade.** *Debate feminista.* 6, 119-141, 1992.

MARIN, Ângela. Helena. & DONELLI, Tagma. Marina. Schneider. **Maternidade e paternidade: a parentalidade em diferentes contextos.** *Aletheia,* 40, 185-186, 2013.

MATOS, Mariana. Gouvêa. de. & MAGALHAES, Andréa. Seixas. **Tornar-se pais: sobre a expectativa de jovens adultos.** *Pensando fam.* [online], 18, 1, 78-91. ISSN 1679-494X, 2014.

MIURA, Paula Orchiucci, SANTOS, Kedma Augusto Martiniano, & LIMA, Estefane Firmino de Oliveira. (2020). **Paternidade na adolescência e as relações familiares.** *Pensando famílias,* 24(1), 190-206. Recuperado em 13 de março de 2021, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2020000100014&lng=pt&tlng=pt.

NEGREIROS, Teresa Creusa de Góes Monteiro; FERES-CARNEIRO, Terezinha. **Masculino e feminino na família contemporânea.** *Estud. pesqui. psicol.,* Rio de Janeiro. 4, n. 1, jun. 2004.

NOLIVOS, Valeria. & NEYVA, Damian. **Diversão e frustrações: Pais chinelos de baixa que relembram seus filhos sobre as experiências emocionais passada.** *Actualidade em psicologia.* 27, 115, 31-48, 2013.

OSORIO, Luís. Carlos. & VALLE, Maria. Elizabeth. Pascual. **Dinâmica das relações conjugais: uma visão contemporânea.** *In Terapia de famílias novas tendências.* Artmed. Porto Alegre, 2002.

PAULINO, Geane. Pereira. Alves. PATIAS, Naiane. Dapieve. & DIAS, Ana. Cristina. Garcia. **Paternidade adolescente: uma sobre Autopercepções do fenômeno.** Psicologia em Revista – UFJF, 7,2, 230-241, 2013.

PRISTA, Rosa. Maria. **Autista fala e pensa um estudo sobre a mediação da maternagem e paternagem.** NESME, 11(2), 01- 40, 2014.

RAMIRES, Vera. Regina. **O exercício da paternidade hoje.** Record: rosas dos tempos, Rio de Janeiro, 1997.

REIS, Érica. Figueiredo. **Faras de família – um encontro entre psicologia e direito.** Juruá. Curitiba, 2010.

RIBEIRO, Claudia. Regina. GOMES, Romeu. & MOREIRA, Martha. Cristina. Nunes. **A paternidade e a parentalidade como questões de saúde frente aos rearranjos de gênero.** Ciênc. saúde coletiva [online], 20,11, 3589-3598. ISSN 1413-8123, 2015.

Sampaio, RF, & Mancini, MC. (2007). **Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica.** Brazilian Journal of Physical Therapy, 11(1), 83-89. <https://doi.org/10.1590/S1413-35552007000100013>

SARACENO, Chiara. *Sociologia da família.* Estampa. Lisboa, 1997.

SEBASTIAN, Beatriz. Gregório. de. VIDAL, Eduardo Cortes. y ROMÁN, Lilian. Berenice. Espinosa. **Paternidade em homens homossexuais: desejos e dificuldades.** Altern. Psicol. [online], 16, 27, 0-0. ISSN 1405-339X, 2012.

SILVA, Ellen. Fernanda. GOMES. da. & SANTOS, Suely. EMÍLIA. de Barros. **Paternidade adotiva: conjugando afetos consentidos.** Abordagem Gestalt. [online], 20, 2,161-167. ISSN 1809-6867, 2014.

SILVA, Lucimar. Aparecida. & CARMO, Cláudio. Márcio. *A representação da paternidade em crônicas: Uma análise identitária sob a perspectiva da análise crítica do discurso.* Via litterae – Anápolis. 5(1), 75-99, 2013.

SILVEIRA, Paulo. *Exercício da paternidade.* Artes médicas. Porto Alegre, 1998.

SOUZA, Andrea. Xavier. Albuquerque. *Paternidade e maternidade na adolescência: produção de saber e sentidos compartilhados por adolescentes.* [Tese em Psicologia – Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Paraíba], 2013.

TOSTE, Mariana. Gomes. Macedo. *Representações sociais de adolescentes sobre a paternidade: Contributos para o estudo do envolvimento do pai.* (Dissertação de mestrado integrado em psicologia – Universidade do Porto.), 2013.

VALENTE, Márcio. Barra. MEDRADO, Benedito. & LYRA, Jorge. *Ciências como dispositivo de produção da Paternidade: análise de produções científicas brasileiras.* Athenea Digital, 11(2),57-72, 2011.

VASCONCELOS, Isadora Irineu. **A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA FAMÍLIA NA ANTIGUIDADE E SEUS EFEITOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.** 2018. 49 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Unievangélica, Anápolis, 2018.

VIEIRA, Elaine. Novaes. & SOUZA, Lídio. (2010). **Guarda paterna e representações sociais de paternidade e maternidade.** *Análise psicológica*, 4(28), 581-596, 2010.

VIEIRA, Érico. Douglas. & STENGEL, Márcia. **Os nós do individualismo e da conjugalidade na Pós-Modernidade.** *Aletheia* [online], 32, 147-160. ISSN 1413-0394, 2010.

VIEIRA, Gabriela. Teixeira. & NASCIMENTO, Adriano. Roberto. Afonso. **Aspectos psicossociais da construção da identidade paterna.** *Psicologia: Teoria e Prática*.16(1), 57-68, 2014.

Visentin, P. M., & Lhullier, C. (2019). **Representações sociais da paternidade: um estudo comparativo.** *Fractal: Revista De Psicologia*, 31(3), 305-312. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i3/5640>

WANG, May-Lin., JABLONSKY, Bernardo. & MAGALHÃES, Andréa. Seixas. **Identities Masculinas: limites e possibilidades.** *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, 12(19), 54-65, 2006.